

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA



INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA



Inventário da Oferta Turística/Ana Clévia Guerreiro Lima (Coordenador) – Brasília:
Ministério do Turismo, 2011.
38p.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-61239-29-9

1. Inventário. 2. Turismo. 3. Planejamento. I. Lima, Ana Clévia Guerreiro
CDU – 519.874:338.48

Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – SNPTur
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico – Deaot
Coordenação-Geral de Regionalização – CGRG

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA

Ministério do Turismo

Brasília, 2011

Presidenta da República Federativa do Brasil
Dilma Rousseff

Ministro de Estado do Turismo
Pedro Novais Lima

Secretário Executivo
Frederico Silva da Costa

Secretária Nacional de Políticas do Turismo
Ana Isabel Mesquita de Oliveira

Diretor do Departamento de Estruturação,
Articulação e Ordenamento Turístico
Ricardo Martini Moesch

Coordenadora-Geral de Regionalização
Ana Clévia Guerreiro Lima

Coordenadora-Geral de Segmentação
Sáskia Freire Lima de Castro

Coordenadora-Geral de Informação Institucional
Isabel Barnasque

Coordenadora-Geral de Serviços Turísticos
Rosiane Rockenbach

FICHA TÉCNICA

Coordenação-Geral e Técnica

Ana Clévia Guerreiro Lima

Equipe Técnica

André Gustavo Souza dos Santos
Brena Pinheiro Coelho
Carlos Alfredo Sitta Fortini
Karlla Karolline Vieira Bastos
Kelly Cristina Martins
Leslie Anne Lima Santos
Philippe Fauguet Figueiredo

Apoio

Ana Mônica Sabino Adriano
Anna Gabriella Peixoto Martins
Liliane Guterres Lima
Luana Cristina de Castro

Colaboração Técnica

Sáskia Freire Lima de Castro
Rosiane Rockenbach
Alessandra França Lana
Alessandro Dias de Castro
Alice Souto Maior
Bárbara Blaudt Rangel
Cristiano Araújo Borges
Fabiana de Melo Oliveira
Letícia Pires
Marcela de Albuquerque Souza
Nalu Nascimento Berto
Rafaela Levay Lehmann
Salomar Mafaldo Junior
Wilken Souto

Colaboração Externa

Inovart Consultoria e Eventos

Janaílda Saboia Marques Mota Mourão

Instituto para o Desenvolvimento da Economia, do Indivíduo, do Ambiente e da Sociedade – IDEIAS

Ana Maria Forte
Claudio Ramalho Giolito
Flavia Vogel de Gusmão
Keiti Barroso
Rociclei da Silva
Vania de Araujo Alves

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan

Anna Eliza Finger
George Alex da Guia
Gilseane Silva
Guilherme Carvalho da Silva
Ivana Pacheco Cavalcante
Juliana de Souza Silva
Larissa Long
Maria Regina Weissheimer
Nádia Mendes de Moura
Paulo Moura Peters
Sandra Rafaela Magalhães Corrêa
Yeda Barbosa

Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel

Paulo Solmucci Júnior

Colaboração Técnica

Enzo Arns

Colaboração Especial

Faculdade de Turismo da Bahia

Ma. Carmélia Anna Amaral Sousa

Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo – CET

Ma. Mara Flora Lottici Krahl

Universidade Federal do Paraná – Curso de Bacharelado em Turismo

Esp. Deise Maria Fernandes Bezerra
Ma. Luciane de Fátima Neri

Universidade Franciscana de Santa Maria – Curso de Bacharelado em Turismo

Prefeitura Municipal de Santa Maria-RS

Ma. Norma Martini Moesch

Diagramação e Editoração

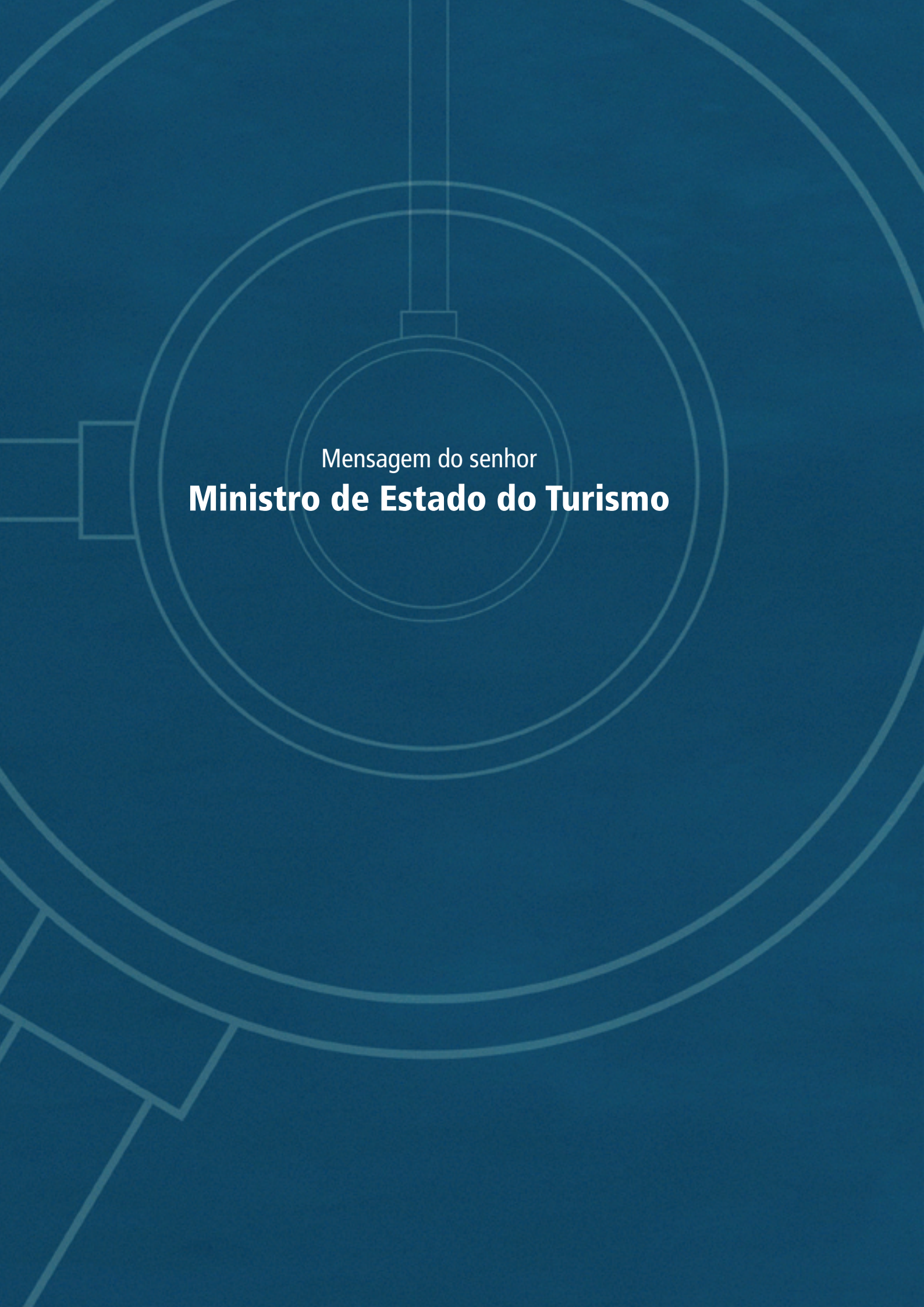
Agnelo Pacheco

Revisão

Agnelo Pacheco

Impressão

Leograf Gráfica e Editora Ltda.



Mensagem do senhor
Ministro de Estado do Turismo

A criação do Ministério do Turismo, como instrumento para ampliar oportunidades de emprego e renda para milhares de brasileiros em um dos setores da economia com maior potencial de crescimento, revela-se uma decisão acertada. O ministério atua por meio do apoio à expansão da infraestrutura turística, da qualificação dos profissionais do segmento e da promoção. Para qualificar o turismo, o ministério tem se ocupado em inventariar destinos e produtos. Essa é uma missão tão importante quanto complexa, em um país de dimensões continentais e elevado potencial turístico.

Para ter sucesso nesse trabalho, o Ministério do Turismo conta com a parceria das comunidades, de governos municipais, estaduais e de outros órgãos da instância federal, da sociedade organizada, de profissionais do turismo e áreas afins, instituições de ensino e outros órgãos do Governo Federal.

Os méritos da construção da política de desenvolvimento do turismo no Brasil devem ser repartidos com todos os nossos parceiros. Os resultados têm sido muito positivos e refletem-se no aumento das demandas externa e interna, no volume de investimentos, no crescimento da mão de obra empregada no setor, na quantidade de dólares injetados em nossa economia, entre outros.


O documento **Inventário da Oferta Turística** é um dos frutos desse trabalho integrado e complementar, cujo objetivo é servir de instrumento para a estruturação do turismo sustentável e de qualidade nas regiões contempladas. Quanto melhor municiado por informações o Brasil estiver, maior a possibilidade de alcançarmos o nível de profissionalização que almejamos.

Vivemos um momento extraordinário em nosso país. O Brasil assumiu um protagonismo inédito no cenário turístico internacional, a partir da escolha como sede da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. No cenário interno, as demandas dos viajantes brasileiros são crescentes.

Enfim, este é um momento imperdível para que o país utilize o turismo sustentável como uma de suas mais importantes fontes de geração de riquezas, de distribuição de renda, de criação de postos de trabalho, de diminuição das diferenças regionais. O presente documento é uma contribuição para isso.

Pedro Novais

Ministro de Estado do Turismo



Mensagem da senhora
**Secretária Nacional
de Políticas de Turismo**

Com o objetivo de nortear e facilitar o processo de dimensionamento da oferta turística brasileira, o Ministério do Turismo apresenta uma nova proposta para a realização do Inventário da Oferta Turística.

A realização do Inventário é uma ação imprescindível em um país como o nosso – tão rico, de dimensões continentais, com cultura, paisagens, cenários urbanos e naturais tão diversificados.

Chegamos a este resultado depois de muitas conversas, debates e a participação de profissionais de diversas áreas e gestores de diferentes partes do país.

O trabalho consiste em orientar sobre instrumentos e ferramentas que podem ser utilizados para identificar as possibilidades turísticas dos municípios – seus atrativos, estruturas, organizações, capacidade e condições de recepção.

Com uma base de dados confiável, com planejamento e integração entre os municípios, podem-se construir estratégias mais eficientes, para a consolidação de destinos e roteiros.

Portanto, o que se apresenta agora faz parte do esforço do Ministério do Turismo para auxiliar os municípios a identificar e estruturar sua oferta turística, como subsídios para profissionalização da atividade.

Contribuímos, assim, para proporcionar melhores condições de vida para os cidadãos brasileiros, distribuir riquezas, melhorar as condições de vida da população e erradicar a miséria – compromisso indispensável deste governo.

Ana Isabel Mesquita de Oliveira

Secretária Nacional de Políticas de Turismo

The background is a solid dark blue color. It features a series of concentric circles and lines in a lighter shade of blue. A central circle contains the text 'Sumário'. To the left of this central circle, there are several horizontal lines and a small rectangular shape. Below the central circle, there are more concentric circles and lines that extend towards the bottom left corner of the page.

Sumário

14

Apresentação

16

Introdução

18

Breve histórico

20

Contextualização

22

O INVTUR - Sistema de Inventariação da Oferta Turística

24

Estratégias para realização do Inventário da Oferta Turística

24

Instrumentos de pesquisa

38

Referências Bibliográficas



APRESENTAÇÃO



A gestão moderna exige que a tomada de decisão seja feita com o máximo de informações possibilitando que o planejamento seja estrategicamente configurado em um contexto situacional. Dessa forma, para se desenvolver as potencialidades turísticas de uma região é imprescindível que haja planejamento e integração dos municípios que a compõem, o que exige também informações confiáveis como base para análises e decisões acertadas. Assim, o levantamento de informações turísticas e complementares é fundamental para a construção de um pensamento estratégico sobre aquilo que se pretende em relação ao destino.

Este documento apresenta a nova metodologia do **Inventário da Oferta Turística**, resultado da construção participativa e multidisciplinar que procura orientar sobre os meios e instrumentos para identificação das possibilidades turísticas dos municípios. Contempla estratégias, instrumentos, definições e outros aspectos que foram concebidos, discutidos, acordados e estabelecidos de modo a proporcionar um entendimento único acerca do processo de inventariação.

Assim, para evoluir nos propósitos das políticas públicas de turismo, este material constitui-se em uma diretriz, um direcionamento à ação e à parceria, algo apreendido da nossa própria realidade, cujos resultados certamente serão apropriados transversalmente, subsidiando a tomada de decisão do setor público e privado e de toda a sociedade.

A magnifying glass with a gold handle and silver rim is centered on the page. The lens is focused on the word "INTRODUÇÃO" in white, bold, uppercase letters. The background is a dark blue color with faint, light blue technical diagrams and lines, including circles and rectangles, suggesting a scientific or technical theme.

INTRODUÇÃO

5



As políticas concebidas pelo Ministério do Turismo propõem a atividade turística como um setor estratégico com capacidade para criar postos de trabalho; contribuir para a valorização e a proteção do nosso patrimônio; dinamizar outros setores econômicos; melhorar a qualidade de vida das cidades, populações e comunidades visitadas; e gerar divisas.¹

Para tanto, foram estabelecidas metas e para atingi-las faz-se necessário conhecer o que o País tem a oferecer e a melhorar no turismo para a criação e consolidação de produtos turísticos de qualidade, seja para atender à demanda interna como à externa. Entre os preceitos básicos para que o turismo cumpra sua função de indutor de desenvolvimento sob as premissas da ética e da sustentabilidade, destaca-se o planejamento e a gestão participativa, o que requer disponibilidade de informações fidedignas. O passo inicial para tal pretensão é a realização do **Inventário da Oferta Turística**, para o qual se toma o caminho do município como unidade de referência, por duas razões principais. A primeira deve-se ao fato de que é no território, de modo geral sob a jurisdição municipal, que se materializam o patrimônio natural e o cultural, com destaque para a nossa maior riqueza – a nossa gente, seus saberes e fazeres. A segunda razão é que o Ministério do Turismo está empenhado em trabalhar o turismo de forma regionalizada, considerando o conjunto de peculiaridades de cada território, pelo simples fato de que, na maioria das vezes, a atividade turística não se viabiliza apenas no âmbito de um município. Dessa forma, um destino turístico deve ser trabalhado de maneira integrada, englobando municípios. Tal iniciativa possibilita diversificação da oferta e constituição de roteiros, estruturados com base na identidade e na coesão social, cultural e territorial de cada lugar, mas indubitavelmente com o domínio intuitivo do seu significado.

Nesse contexto, para fundamentar o planejamento e a gestão do turismo brasileiro, preconiza-se a realização do **Inventário da Oferta Turística** a partir da participação e integração interinstitucional, intersetorial e, principalmente, das comunidades.

1 BRASIL, Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.



**BREVE
HISTÓRICO**



No Brasil, o processo de inventariação turística foi iniciado em 1958, com a criação da Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR, que estabeleceu entre suas finalidades a realização, com a colaboração dos estados e municípios, do inventário das áreas de interesse turístico. A partir do final da década de 1970, a então Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR identifica as zonas de interesse turístico no Brasil, iniciando a elaboração de uma metodologia do processo de inventariação turística com base em estudos da Organização Mundial de Turismo – OMT.

Ao longo dos anos 1980, 1984 e 1993, documentos da EMBRATUR intitulados **Inventário da Oferta Turística** subsidiaram a realização de inventários em vários municípios.² O Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, em meados da década de 1990 e em 2001, discutiu e elaborou novas propostas metodológicas, oferecendo ainda oficinas e cursos para capacitação de coordenadores nacionais e estaduais para implementar o processo de inventariação.

Com a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, detectou-se a necessidade de readequação das estratégias e do material de inventariação da oferta turística vigentes até então à nova proposta de desenvolvimento proposta para o turismo no país. Assim, foi instituído um grupo técnico, composto por representantes do setor público, da iniciativa privada e da área acadêmica de diferentes regiões do País. Com o objetivo de propor um novo modelo de inventariação nacional que atendesse à dinamicidade que o turismo requer na contemporaneidade, esse grupo trabalhou no aprimoramento do material elaborado pela EMBRATUR e na introdução de novas abordagens e conceitos. Os materiais foram testados oficialmente no Rio Grande do Sul (projeto-piloto) por meio de convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e da participação de todas as Instituições de Ensino Superior/Turismo do estado, culminando no lançamento nacional, em 2006, do Projeto Inventário da Oferta Turística: Livroto Projeto Inventário da Oferta Turística; Manuais do Pesquisador (módulos A, B e C); Manual do Pesquisador – Formulários; Formulários e o Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR.

Em 2008, foi realizada uma parceria com a Universidade Federal do Paraná para a realização do Projeto “Capacitação para realização do Inventário da Oferta Turística Nacional” (que contemplou universidades e faculdades de turismo e afins das 27 UFs). Uma nova aplicação do material foi feita em 2010, por meio do convênio firmado com o Instituto para o Desenvolvimento da Economia, do Indivíduo, do Ambiente e da Sociedade – IDEIAS, no estado do Rio de Janeiro (Petrópolis, Armação dos Búzios e Parati), desta vez aportando contribuições de outras metodologias aplicadas no país.

Verificou-se, então, a premência de mais uma revisão e atualização de toda a proposta metodológica e instrumental de inventariação. Outro grupo de trabalho então foi instituído, reunindo especialistas do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, da Faculdade de Turismo da Universidade Franciscana de Santa Maria, da Faculdade de Turismo da Bahia e da Universidade Federal do Paraná, além da colaboração do Instituto IDEIAS, o que resultou neste trabalho.

² BRASIL, Ministério do Esporte e Turismo/EMBRATUR. Inventário da Oferta Turística – metodologia. Brasília: Embratur, 2001. p. 26.

Contextualização

Inventariar significa registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo de que se dispõe e gerar informação, para pensar de que maneira se pode atingir determinada meta. No caso do turismo, o inventário consiste em levantar, identificar, registrar e divulgar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as estruturas de apoio ao turismo, as instâncias de gestão e outros itens e condições gerais que viabilizam a atividade turística, como base de informações para que se planeje e gerencie adequadamente o processo de desenvolvimento. O intuito é dar conhecimento do que um município tem que seja passível de utilização para fins turísticos para embasar as ações de planejamento, gestão, promoção e incentivo à comercialização do turismo a partir da adoção de uma metodologia-padrão para inventariar a oferta turística no país, de modo a disponibilizar aos planejadores, gestores e visitantes informações confiáveis e atuais.

Por que inventariar

Desenvolver as potencialidades turísticas de cada região é impossível sem planejamento e planejar exige consistência e confiabilidade de dados como base para análises e decisões acertadas. É sobre esse tipo de informações geradas pelo inventário que se deve debruçar – estudá-las e extrair-lhes os elementos que devem subsidiar diagnósticos e prognósticos mais precisos. Esses procedimentos permitem conhecer as características e a dimensão da oferta, o que necessita ser melhorado ou aperfeiçoado, enfim, quais as iniciativas que devem ser tomadas e que podem permitir aos municípios, regiões, estados e ao país desenvolver o turismo mais competitivo e sustentável. De posse desses resultados, poder-se-á planejar e investir com mais segurança, balizando os negócios e as políticas de turismo.

Quem deve fazer o inventário

O Ministério do Turismo conclama a mais ampla participação na execução do inventário. O ato de inventariar apresenta, entretanto, aspectos técnicos, para os quais inventariantes e inventariados devem estar especialmente preparados, sejam os profissionais de turismo e de outras áreas, as comunidades receptoras, os representantes dos municípios e dos estados e a iniciativa privada.

Primeiramente, deve-se conhecer com profundidade os instrumentos elaborados e disponibilizados pelo Ministério do Turismo, além dos aspectos operacionais e das condições para a gestão do processo de inventariação em sintonia com a realidade de cada município. Nesse sentido, é preciso articulação para se trabalhar de forma integrada e regionalizada, além de muita sensibilidade ao dar início às ações de abordagem, mobilização e parceria, fato decisivo para o envolvimento e colaboração das comunidades, detentoras do verdadeiro conhecimento que faz o diferencial na questão identitária de cada destino turístico.

Os princípios do inventário

Democratização, adaptabilidade e autonomia

A proposta metodológica para a inventariação da oferta turística apresenta-se adaptável às condições de cada município, respeitando a autonomia da administração municipal na condução das suas políticas e do seu desenvolvimento. Dessa forma, a pesquisa pode ser realizada por instituições, empresas, profissionais e funcionários, desde que devidamente qualificados e aptos para tal fim.

Motivação, participação e comprometimento

É fundamental que os pesquisadores e demais partícipes do processo de inventariação tenham um olhar ao mesmo tempo técnico, holístico e crítico sobre o lugar, além da capacidade de perceber e de incentivar nas comunidades a ideia de pertencimento a esse lugar. Não se pode tratar o inventário como algo estanque, como a simples ação de se preencher formulários mecanicamente. É preciso vivenciar e entender a realidade de cada lugar – interpretar, traduzir histórias, sentimentos e vidas. Assim, a preparação e a realização do inventário devem ocorrer em harmonia com o ambiente e unir, no que toca ao pesquisador, conhecimento técnico e sentimento, em uma convergência de interesses comuns com a comunidade – artesãos, gestores de meios de hospedagem, de alimentação e taxistas, guias e agentes de turismo, prefeitos e vereadores, líderes comunitários e dirigentes de associações, doceiras e comerciantes, professores e alunos, floristas e engraxates, servidores públicos e da iniciativa privada e assim por diante. Todos são igualmente imprescindíveis na composição do arranjo produtivo do turismo.

Para se criar esse ambiente, é fundamental um trabalho de motivação da população, buscando o envolvimento desses atores, especialmente da sociedade organizada. Nesse sentido, conta-se com a capacidade de mobilização das lideranças empenhadas no desenvolvimento do turismo em cada recanto do país, com destaque para o papel das instituições de ensino, parceiras fundamentais nessa missão.

A logística do inventário

As capitais e os municípios de médio e grande porte, de modo geral, são detentores de recursos capazes de permitir a realização do inventário sem muitas dificuldades, tanto no âmbito do poder público como no que se refere à participação da iniciativa privada e do terceiro setor. O mesmo não ocorre na maioria dos municípios menores, em que comumente é preciso viabilizar condições e meios que permitam a adequada coleta de informações. Assim, além dos recursos humanos e financeiros, os recursos materiais e meios são indispensáveis, como o deslocamento e estada dos pesquisadores e espaço de trabalho equipado (computadores e impressoras, fotocopiadoras, materiais de consumo, etc.). São providências, entre tantas outras, que devem ser previstas e estar disponíveis.

Nesse momento, é fundamental a cooperação dos parceiros: cada um dá a sua contribuição de acordo com as suas possibilidades e competências, o que permite a racionalização do processo,

tornando a inventariação muito mais ágil, completa e de custo menor. Dessa forma, o desenvolvimento da atividade turística deixa de ser uma atribuição somente de governo e torna-se uma ação que emana da inter-relação das três esferas de governo, da iniciativa privada, do terceiro setor e das comunidades ao fazer que todos os partícipes sintam-se estimulados a assumir sua parcela de responsabilidade.

Próximas etapas

Ao se realizar um inventário, deve prevalecer a ideia de que se está iniciando um processo e criando elementos para a continuidade. As informações coletadas devem ser analisadas, processadas e aplicadas para fins de desenvolvimento do turismo, a começar por um diagnóstico, a partir do qual se podem estabelecer e executar políticas e ações, tais como planos, projetos, roteiros, ações promocionais e de capacitação e inumeráveis outras. Assim, quanto mais consistente for a primeira etapa – de pesquisa –, melhor será o resultado de todas as ações subsequentes, sejam de planejamento, de gestão e de promoção turística.

Os inventários já realizados

Vários municípios brasileiros realizaram seus inventários e esta é a oportunidade de atualizá-los e monitorá-los. Os que o fizeram recentemente devem complementá-los e adequá-los aos novos instrumentos, de modo a serem inseridos no Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR. Os mais antigos devem ser refeitos com base no novo material.

O INVTUR – Sistema de Inventariação da Oferta Turística

O uso da tecnologia da informação e da comunicação é fundamental na contemporaneidade, fato que justifica a necessidade de aplicação desses instrumentos na formulação e execução de políticas públicas, no caso, para o setor turístico. Trata-se de uma estratégia das mais eficazes para fins de coleta, sistematização e difusão de informações, que proporciona ao setor mais agilidade e confiabilidade e, conseqüentemente, produtividade, qualidade e competitividade ao arranjo produtivo que constitui a atividade turística.

Nesse propósito, o Ministério do Turismo construiu o Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR, um ambiente virtual que permite resgatar, reunir, organizar e fazer circular dados e informações atualizadas do turismo brasileiro.

Com o objetivo de congregiar as informações inventariadas em um único banco de dados, bem como facilitar o acesso, foi desenvolvido o Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR, que armazena e sistematiza as informações coletadas por meio da inventariação e que tem base corporativa integrada a outros sistemas.

Essas informações estão disponibilizadas aos gestores públicos e privados e demais interessados de forma personalizada, de acordo com os interesses de cada um.

O INVTUR está organizado em níveis hierárquicos, para fins de maior confiabilidade e controle. Cada nível é acessado por meio de senhas, exceto o perfil Nível 4:

Nível 1 – Ministério do Turismo

Abertura, acompanhamento e fechamento do inventário em âmbito nacional. Após a homologação por parte do ministério, as informações do inventário são disponibilizadas para acesso pelos usuários de acordo com cada perfil.

As senhas de acesso para cada hierarquia são designadas pelo MTur, sendo que a responsabilidade pela veracidade das informações é exclusiva do município, gestor e coordenador do seu processo de inventariação e detentor do poder de inserção e legitimação de todos os itens inseridos.

Nível 2 – UF – Gestor do Estado

Acompanhamento dos trabalhos em cada município. O acesso permite a visualização das informações, além da comunicação com suas regiões turísticas, municípios e com o MTur, para fins de ações de informação, orientação, articulação e outros.

Nível 3 – Município – Gestor do Município

Acesso para abertura, acompanhamento, validação e fechamento do Inventário da Oferta Turística. Tem a responsabilidade pelo processo de inventariação, designa o Coordenador de pesquisa e referenda a indicação dos pesquisadores e respectivas senhas, respondendo pela qualidade e confiabilidade das informações inseridas no INVTUR e enviadas ao MTur.

Nível 3.1 – Coordenador de pesquisa

Sob a tutela do município, coordena e supervisiona a realização da pesquisa, responde ao município contratante pela coleta, inserção e fidedignidade dos dados levantados pelos pesquisadores, assinando como responsável técnico pelo inventário.

Nível 3.2 – Pesquisador

Sob a orientação e supervisão do Coordenador, coleta os dados em campo e em gabinete, preenche os formulários e insere as informações no Sistema, valida as informações e responde por elas.

Nível 4 – Visitante

Destinado a turistas, visitantes e interessados em geral, o acesso permite visualização e possibilidade de extrair relatórios das informações legitimadas pelo município e homologadas pelo MTur.

Estratégias para realização do Inventário da Oferta Turística

É necessário destacar a autonomia das UFs, regiões e municípios como responsáveis pela decisão das estratégias mais adequadas para a inventariação da oferta turística, em atuação conjunta, considerado o papel fundamental das Instituições de Ensino Superior. Porém, deve-se preservar a autonomia do município como responsável pela formulação e execução das políticas para o desenvolvimento do turismo no âmbito da sua jurisdição. Sendo assim, resguardadas essas prerrogativas da administração municipal, o processo de inventariação deve ocorrer sob uma abordagem territorial, de modo a abarcar o conjunto de municípios que constituem uma região turística. Essa missão, de articular e promover a inter-relação dos municípios e a atuação conjunta e parceira dos municípios, cabe à UF, de maneira a envolvê-los em função dos benefícios para toda a região.

Mesmo assim, convém apontar algumas das competências de cada um nesse processo, a fim de permitir e otimizar a participação de todos como fator-chave na implementação do Inventário da Oferta Turística.

a) Cabe ao Ministério do Turismo

- Coordenar e incentivar o processo de inventariação em âmbito nacional
- Desenvolver estratégias de implementação
- Elaborar e disponibilizar metodologias e instrumentos operacionais
- Apoiar e orientar as iniciativas de inventariação das UFs, regiões e municípios
- Receber e divulgar as informações coletadas

b) Cabe ao órgão de turismo da UF

- Estimular, promover e orientar o processo de inventariação nos municípios
- Articular, buscar parcerias e promover estratégias de implementação
- Apoiar as iniciativas de inventariação dos municípios

c) Cabe ao órgão municipal de turismo

- Implementar e coordenar o inventário no âmbito do município
- Buscar parcerias e promover estratégias de implementação
- Disponibilizar recursos e meios para viabilizar a realização do inventário
- Promover a interlocução com o estado, Ministério do Turismo e parceiros

Instrumentos de pesquisa

São dois os instrumentos elaborados para padronizar e facilitar a inventariação turística: formulários de pesquisa e manual operacional.

Estrutura dos formulários de pesquisa

O inventário está organizado em três categorias e cada categoria contempla tipos e geralmente subtipos.

Categoria A – Infraestrutura de apoio ao turismo

Instalações e serviços, públicos e privados, que proporcionam o bem-estar dos residentes e também dos visitantes, tais como sistema de transportes, de saúde, de comunicação, de abastecimento de água, de energia e tantas outras estruturas básicas e facilidades existentes nos municípios.

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
A1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS DO MUNICÍPIO	A.1.1. Caracterização do município	
A2 – MEIOS DE ACESSO AO MUNICÍPIO	A.2.1. Rodoviário	A.2.1.1. Rodovia A.2.1.2. Estação rodoviária A.2.1.3. Terminal rodoviário
	A.2.2. Ferroviário	A.2.2.1. Ferrovia A.2.2.2. Metrovia A.2.2.3. Estação ferroviária A.2.2.4. Estação metroviária
	A.2.3. Aeroviário	A.2.3.1. Aeroporto A.2.3.2. Campo de pouso A.2.3.3. Heliporto A.2.3.4. Outros
	A.2.4. Aquaviário	A.2.4.1. Hidrovia A.2.4.2. Porto organizado A.2.4.3. Píer A.2.4.4. Cais A.2.4.5. Marina A.2.4.6. Terminal portuário de uso privativo em turismo A.2.4.7. Clube náutico A.2.4.8. Outros
A3 – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	A.3.1. Agência postal	
	A.3.2. Posto telefônico	
	A.3.3. Emissora de rádio	
	A.3.4. Emissora de TV	
	A.3.5. Jornal	
	A.3.6. Revista	
	A.3.7. Outros	
A4 – SISTEMA DE SEGURANÇA	A.4.1. Polícia Civil	
	A.4.2. Polícia Militar	

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
A4 – SISTEMA DE SEGURANÇA	A.4.3. Polícia Rodoviária	
	A.4.4. Corpo de Bombeiros	
	A.4.5. Serviços de busca e salvamento	
	A.4.6. Serviços de Polícia Marítima/Aérea/de Fronteiras	
	A.4.7. Guarda Municipal	
	A.4.8. Defesa Civil	
	A.4.9. Outros	
A5 – SISTEMA DE SAÚDE	A.5.1. Pronto-socorro	
	A.5.2. Hospital	
	A.5.3. Clínica médica	
	A.5.4. Maternidade	
	A.5.5. Posto de saúde	
	A.5.6. Farmácia/drogaria	
	A.5.7. Clínica odontológica	
	A.5.8. Clínica veterinária	
	A.5.9. Outros	
A6 – SISTEMA EDUCACIONAL	A.6.1. Caracterização do sistema de educação	
A7 – OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO	A.7.1. Locadoras de imóveis para temporada	
	A.7.2. Compras especiais	A.7.2.1. Feira/mercado A.7.2.2. Galeria/rua comercial A.7.2.3. <i>Shopping</i> A.7.2.4. Plantas/flores/frutas A.7.2.5. Antiquário A.7.2.6. Cantina/cave A.7.2.7. Bodega/alambique A.7.2.8. Outras

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
A7 – OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO	A.7.3. Comércio turístico	A.7.3.1. Loja de artesanato/ <i>souvenir</i> A.7.3.2. Loja de artigos fotográficos A.7.3.3. Antiquário/galeria de arte A.7.3.4. Outros
	A.7.4. Serviços bancários	A.7.4.1. Agência/posto bancário A.7.4.2. Casa de câmbio
	A.7.5. Serviços mecânicos	A.7.5.1. Automóvel A.7.5.2. Motocicleta A.7.5.3. Ônibus/caminhão A.7.5.4. Embarcações náuticas A.7.5.5. Outros
	A.7.6. Posto de combustível	
	A.7.7. Representações diplomáticas	A.7.7.1. Embaixada A.7.7.2. Consulado A.7.7.3. Outras

Categoria B – Serviços e equipamentos turísticos

Conjunto de estabelecimentos e prestadores de serviços que dão condições para que o visitante tenha uma boa estada: hospedagem, alimentação, diversão, transporte, agenciamento, etc.

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B1 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM	B.1.1. Hoteleira e de apoio	B.1.1.1. Hotel B.1.1.2. Hotel histórico B.1.1.3. Hotel fazenda B.1.1.4. Resort B.1.1.5. Pousada B.1.1.6. <i>Flat/apart-hotel</i> B.1.1.7. Albergue B.1.1.8. Cama e café B.1.1.9. Alojamento de floresta B.1.1.10. Pensão B.1.1.11. Motel B.1.1.12. Colônia de férias B.1.1.13. Estalagem/hospedaria B.1.1.14. Alojamento coletivo B.1.1.15. Hospedagem conventual (mosteiro/seminário/convento) B.1.1.16. Hospedagem familiar B.1.1.17. Hotel de trânsito B.1.1.18. SPA B.1.1.19. Outros

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B1 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM	B.1.2. Outro tipo de acomodação	B.1.2.1. Acampamento turístico/ <i>camping</i>
B2 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE ALIMENTOS E BEBIDAS	B.2.1. Restaurante	
	B.2.2. Bar	
	B.2.3. Lanchonete	
	B.2.4. Cafeteria	
	B.2.5. Quiosque	
	B.2.6. Barraca de praia	
	B.2.7. Sorveteria	
	B.2.8. Confeitaria/padaria	
	B.2.9. Outros	
B3 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE AGÊNCIAS DE TURISMO	B.3.1. Agência de viagem	
	B.3.2. Operadora de turismo	
	B.3.3. Agência de receptivo	
	B.3.4. Agência consolidadora	
B4 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE TURÍSTICO	B.4.1. Transportadora turística e similares	
	B.4.2. Locadoras de veículos	
	B.4.3. Outros tipos de transporte	
B5 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS	B.5.1. Espaços para eventos	B.5.1.1. Centro de convenções e feiras B.5.1.2. Parque/pavilhão/centro de exposições B.5.1.3. Auditório/salão para reuniões B.5.1.4. Outros
	B.5.2. Serviços para Eventos	B.5.2.1. Organizadora B.5.2.2. Promotora B.5.2.3. Outros serviços especializados

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	B.6.1. Parques	B.6.1.1. Aquático B.6.1.2. Temático B.6.1.3. De diversões B.6.1.4. Outros
	B.6.2. Espaços livres e áreas verdes	B.6.2.1. Praça B.6.2.2. Jardim B.6.2.3. Parque B.6.2.4. Mirante B.6.2.5. Largo B.6.2.6. Outros
B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	B.6.3. Instalações esportivas	B.6.3.1. Estádio B.6.3.2. Ginásio B.6.3.3. Quadra B.6.3.4. Campo de golfe B.6.3.5. Campo de futebol B.6.3.6. Campo de <i>paintball</i> B.6.3.7. Autódromo B.6.3.8. Kartódromo B.6.3.9. Velódromo B.6.3.10. Hipódromo B.6.3.11. Pista de equitação B.6.3.12. Pista de boliche B.6.3.13. Pista de patinação B.6.3.14. Pista de <i>skate</i> B.6.3.15. Rampa para voo livre B.6.3.16. Piscina B.6.3.17. Outras
	B.6.4. Instalações náuticas	B.6.4.1. Marina B.6.4.2. Pier B.6.4.3. Garagem náutica B.6.4.4. Clube náutico B.6.4.5. Cais B.6.4.6. Outras
	B.6.5. Espaços de diversão e cultura	B.6.5.1. Boate/discoteca B.6.5.2. Casa de espetáculos/ <i>shows</i> B.6.5.3. Casa de dança B.6.5.4. Cinema B.6.5.5. Clube social B.6.5.6. Centro de tradições B.6.5.7. Outros
	B.6.6. Outros espaços de recreação	B.6.6.1. Pesque e pague B.6.6.2. Pesque e solte B.6.6.3. Colha e pague B.6.6.4. Sítios/chácaras de lazer B.6.6.5. Outros

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B7 – OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	B.7.1. Informações turísticas	B.7.1.1. Posto B.7.1.2. Centro de atendimento B.7.1.3. Central B.7.1.4. Outros
	B.7.2. Entidades associativas e similares	
	B.7.3. Guiamento e condução turística	B.7.3.1. Guia de turismo B.7.3.2. Monitor B.7.3.3. Conductor B.7.3.4. Outros

Categoria C – Atrativos turísticos

Elementos da natureza, da cultura e da sociedade – lugares, acontecimentos, objetos, pessoas, ações – que motivam alguém a sair do seu local de residência para conhecê-los ou vivenciá-los.

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C1 – ATRATIVOS NATURAIS	C.1.1. Relevo continental	C.1.1.1. Montanha C.1.1.2. Serra C.1.1.3. Monte/morro/colina C.1.1.4. Pico/cume C.1.1.5. Chapada C.1.1.6. Tabuleiro C.1.1.7. Patamar C.1.1.8. Matakão C.1.1.9. Vale C.1.1.10. Planalto C.1.1.11. Planície C.1.1.12. Depressão C.1.1.13. Outros
	C.1.2. Zona costeira	C.1.2.1. Restinga C.1.2.2. Duna C.1.2.3. Barreira C.1.2.4. Praia C.1.2.5. Mangue C.1.2.6. Estuário C.1.2.7. Falésia C.1.2.8. Baía/enseada/saco C.1.2.9. Península/cabo/ponta C.1.2.10. Recife/atol C.1.2.11. Ilha C.1.2.12. Arquipélago C.1.2.13. Barra C.1.2.14. Outros

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C1 – ATRATIVOS NATURAIS	C.1.3. Relevo cárstico	C.1.3.1. Caverna C.1.3.2. Gruta C.1.3.3. Furna C.1.3.4. Dolina
	C.1.4. Hidrografia	C.1.4.1. Rio C.1.4.2. Riacho C.1.4.3. Córrego C.1.4.4. Arroio C.1.4.5. Lago/lagoa/laguna C.1.4.6. Alagado C.1.4.7. Fonte C.1.4.8. Outros
	C.1.5. Unidades de conservação e similares	C.1.5.1. Área de proteção ambiental C.1.5.2. Área de relevante interesse ecológico C.1.5.3. Estação ecológica C.1.5.4. Floresta C.1.5.5. Monumento natural C.1.5.6. Parque C.1.5.7. Refúgio de vida silvestre C.1.5.8. Reserva biológica C.1.5.9. Reserva extrativista C.1.5.10. Reserva de desenvolvimento sustentável C.1.5.11. Reserva de fauna C.1.5.12. Reserva particular do patrimônio natural C.1.5.13. Zoológico C.1.5.14. Jardim botânico C.1.5.15. Outras
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.1. Conjunto arquitetônico	C.2.1.1. Urbano C.2.1.2. Rural C.2.1.3. Industrial C.2.1.4. Ferroviário C.2.1.5. Outros
	C.2.2. Comunidades tradicionais	C.2.2.1. Quilombola C.2.2.2. Indígena C.2.2.3. Ribeirinha C.2.2.4. De imigração C.2.2.5. Extrativista C.2.2.6. Outras
	C.2.3. Sítios arqueológicos	C.2.3.1. Lítico C.2.3.2. Cerâmico C.2.3.3. Lítico-cerâmico C.2.3.4. Estrutura de pedra C.2.3.5. Estrutura de terra C.2.3.6. Arte rupestre C.2.3.7. Sambaqui C.2.3.8. Outros

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.4. Sítios paleontológicos	C.2.4.1. Floresta fóssil C.2.4.2. Restos fósseis ou em processo de fossilização C.2.4.3. Moldes, rastros, pegadas C.2.4.4. Outros
	C.2.5. Itinerários culturais	C.2.5.1. Histórico C.2.5.2. Religioso/espiritual C.2.5.3. Relacionado a lendas/mitos/narrativas associadas C.2.5.4. Relacionado a fatos históricos C.2.5.5. Outros
	C.2.6. Parques históricos	C.2.6.1. Arqueológico C.2.6.2. Geoparque C.2.6.3. Histórico C.2.6.4. Outros
	C.2.7. Lugares de manifestações de fé	C.2.7.1. Romaria e procissão C.2.7.2. Culto C.2.7.3. Encontro para manifestação de fé C.2.7.4. Referencial para mitos e narrativas de fé C.2.7.5. Visitação de cunho religioso C.2.7.6. Outros
	C.2.8. Lugares de referências à memória	C.2.8.1. Acontecimento histórico C.2.8.2. Referencial para narrativa mítica C.2.8.3. Ritual e celebração C.2.8.4. Outros
	C.2.9. Feiras/mercados de caráter cultural	
	C.2.10. Arquitetura civil	C.2.10.1. Casa/casarão/sobrado/solar C.2.10.2. Casa de comércio C.2.10.3. Educandário/colégio/escola C.2.10.4. Liceu C.2.10.5. Universidade C.2.10.6. Coreto C.2.10.7. Palácio/palacete C.2.10.8. Chalé C.2.10.9. Chafariz/fonte/bica C.2.10.10. Hospital C.2.10.11. Orfanato/creche C.2.10.12. Asilo C.2.10.13. Quinta C.2.10.14. Outras

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.11. Arquitetura oficial	C.2.11.1. Casa de câmara e cadeia C.2.11.2. Paço municipal C.2.11.3. Cadeia C.2.11.4. Casa de intendência C.2.11.5. Casa de fundição C.2.11.6. Casa de alfândega C.2.11.7. Fórum/tribunal C.2.11.8. Residência oficial C.2.11.9. Sede do poder executivo/ legislativo/judiciário C.2.11.10. Outras
	C.2.12. Arquitetura militar	C.2.12.1. Bateria C.2.12.2. Baluarte C.2.12.3. Bastião C.2.12.4. Fortim C.2.12.5. Forte C.2.12.6. Fortaleza C.2.12.7. Quartel C.2.12.8. Colégio C.2.12.9. Vila militar C.2.12.10. Outras
	C.2.13. Arquitetura religiosa	C.2.13.1. Igreja C.2.13.2. Basílica C.2.13.3. Catedral C.2.13.4. Sé C.2.13.5. Santuário C.2.13.6. Capela C.2.13.7. Ermida C.2.13.8. Abadia C.2.13.9. Oratório C.2.13.10. Casa paroquial C.2.13.11. Casa capitular C.2.13.12. Casa da providência C.2.13.13. Palácio arquiépiscopal C.2.13.14. Mosteiro C.2.13.15. Seminário C.2.13.16. Convento C.2.13.17. Outras
	C.2.14. Arquitetura industrial/ agrícola	C.2.14.1. Engenho C.2.14.2. Moinho/usina C.2.14.3. Celeiro C.2.14.4. Alambique/vinicola C.2.14.5. Fábrica C.2.14.6. Casa de operários C.2.14.7. Fazenda C.2.14.8. Senzala C.2.14.9. Casa de chácara/sítio/ fazenda/engenho C.2.14.10. Outras

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.15. Arquitetura funerária	C.2.15.1. Panteão C.2.15.2. Mausoléu C.2.15.3. Cruzeiro C.2.15.4. Túmulo C.2.15.5. Memorial C.2.15.6. Cemitério C.2.15.7. Outras
	C.2.16. Marcos históricos	C.2.16.1. Divisão territorial C.2.16.2. Referência à história C.2.16.3. Relativos a festas e rituais C.2.16.4. Outros
	C.2.17. Obras de infraestrutura	C.2.17.1. Viaduto/ponte C.2.17.2. Túnel C.2.17.3. Caixa-d'água C.2.17.4. Aqueduto C.2.17.5. Trapiche/pier C.2.17.6. Marina C.2.17.7. Porto C.2.17.8. Quebra-mar/molhe C.2.17.9. Barragem/represa C.2.17.10. Farol C.2.17.11. Estrutura ferroviária C.2.17.12. Estrutura rodoviária C.2.17.13. Estrutura aeroportuária C.2.17.14. Rotunda C.2.17.15. Elevador/funicular C.2.17.16. Viaduto C.2.17.17. Torre C.2.17.18. Outras
	C.2.18. Obras de interesse artístico	C.2.18.1. Bens integrados à edificação C.2.18.2. Bens integrados à paisagem ou ao espaço urbano C.2.18.3. Outras
	C.2.19. Ruínas	
	C.2.20. Museu/memorial	
	C.2.21. Biblioteca	
	C.2.22. Centros culturais/casas de cultura/galerias	
	C.2.23. Teatros/anfiteatros	
	C.2.24. Cineclubes	

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.25. Gastronomia típica e preparação de alimentos	C.2.25.1. Receitas típicas e tradicionais C.2.25.2. Técnicas de produção e processamento de alimentos C.2.25.3. Outras
	C.2.26. Artesanato/ trabalhos manuais	C.2.26.1. Cerâmica C.2.26.2. Escultura C.2.26.3. Bordado C.2.26.4. Cestaria C.2.26.5. Mosaico C.2.26.6. Tricô/crochê C.2.26.7. Entalhe C.2.26.8. Renda C.2.26.9. Fotografia C.2.26.10. Tecelagem C.2.26.11. Papel machê C.2.26.12. Macramê C.2.26.13. Plumária C.2.26.14. Bijuteria C.2.26.15. Dobradura C.2.26.16. Marcenaria/marchetaria C.2.26.17. Gravura C.2.26.18. Pátina e texturização C.2.26.19. Cartonagem C.2.26.20. Pintura C.2.26.21. Decupagem C.2.26.22. Topiaria/arranjos florais C.2.26.23. Outros
	C.2.27. Atividades tradicionais de trabalho	C.2.27.1. Agricultor C.2.27.2. Pescador C.2.27.3. Seringueiro C.2.27.4. Garimpeiro C.2.27.5. Quebrador de coco C.2.27.6. Fotógrafo lambe-lambe C.2.27.7. Carpinteiro C.2.27.8. Peão C.2.27.9. Outras
	C.2.28. Formas de expressão	C.2.28.1. Música C.2.28.2. Dança C.2.28.3. Literária/oral C.2.28.4. Cênica/performativa C.2.28.5. Outras
	C.2.29. Personalidades	
C3 – ATIVIDADES ECONÔMICAS	C.3.1. Extrativista	C.3.1.1. Mineral C.3.1.2. Vegetal C.3.1.3. Animal

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C3 – ATIVIDADES ECONÔMICAS	C.3.2. Agropecuária	C.3.2.1. Agricultura C.3.2.2. Pecuária C.3.2.3. Aquicultura C.3.2.4. Silvicultura C.3.2.5. Outras
	C.3.3. Comercial	C.3.3.1. Atacadista C.3.3.2. Varejista
	C.3.4. Industrial	C.3.4.1. Petrolífera C.3.4.2. Automobilística C.3.4.3. Têxtil C.3.4.4. Alimentícia C.3.4.5. Coureira C.3.4.6. Joalheira C.3.4.7. Madeireira C.3.4.8. Ceramista C.3.4.9. Outras
	C.3.5. Tecnológica	
C4 – REALIZAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS CONTEMPORÂNEAS	C.4.1. Parque tecnológico	
	C.4.2. Centro de pesquisa	
	C.4.3. Usinas e outras estruturas de geração de energia	C.4.3.1. Hidrelétrica C.4.3.2. Termoelétrica C.4.3.3. Nuclear C.4.3.4. Eólica C.4.3.5. Solar C.4.3.6. Outras
	C.4.4. Barragem/eclusa/açude	
	C.4.5. Planetário	
	C.4.6. Aquário	
	C.4.7. Viveiro	
	C.4.8. Outras	
	C5 – EVENTOS PROGRAMADOS	C.5.1. Feiras/exposições
C.5.2. Congressos		
C.5.3. Convenções		

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C5 – EVENTOS PROGRAMADOS	C.5.4. Festivais/ <i>shows</i>	
	C.5.5. Seminários	
	C.5.6. Oficinas/ <i>workshops</i>	
	C.5.7. Competições	
	C.5.8. Desfiles/passeatas	
	C.5.9. Encontros temáticos	
	C.5.10. Festas/celebrações	C.5.10.1. Religiosa/manifestação de fé C.5.10.2. Popular/folclórica C.5.10.3. Referente ao trabalho ou ciclo produtivo C.5.10.4. Festa cívica C.5.10.5. Outras
	C.5.11. Outros	

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério do Esporte e Turismo/Embratur. **Inventário da Oferta Turística – metodologia**. Brasília: EMBRATUR, 2001.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Editais Operação Amazônia 2006**. Disponível em <www.defesa.gov.br>. Acessado em 19/10/2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Estratégia de gestão do Inventário da Oferta Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004. p. 61.

_____. **Inventariação Turística: projeto-piloto – Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Turismo, 2005, p. 28.

_____. **Oficina para Definição do Conceito de Municípios Turísticos**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006, p. 9.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes operacionais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. **Projeto Inventário da Oferta Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. **Relatório das Oficinas de Planejamento: de 6 a 16 de outubro de 2003**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003, p. 21.



ISBN 978-85-61239-29-9



9 788561 239299



Ministério do
Turismo

